

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO**
2 **DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e
3 cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e trinta minutos,
4 reuniu-se de forma presencial a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do
5 Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva,
6 Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos
7 seguintes membros: Célio Hiratuka, Hernandes Faustino de Carvalho, José Luis Pio Romera,
8 Kethlyn Kethriny da Costa Brito, Ricardo Miranda Martins e Verónica Andrea González-
9 López. Como convidadas, compareceram a doutora Fernanda Loureiro de Andrade Orsi, a
10 senhora Lina Amaral Nakata e a doutora Luciana Alboccino Barbosa Catalano. Justificaram
11 ausência à Sessão os seguintes membros: Cesar José Bonjuani Pagan, sendo substituído pela
12 professora Verónica Andrea González-López; Dirceu Noriler; e Marisa Masumi Beppu. O
13 SENHOR PRESIDENTE informa que foram disponibilizadas duas versões da Ata da COP
14 165^a, a completa e a resumida, e todos os membros da COP foram consultados sobre a
15 concordância de que a partir da Sessão de hoje as atas passem a ter discussões sintetizadas, o
16 que é permitido pelo Regimento Interno do Consu, aplicável a esta Comissão. Os conselheiros
17 que desejarem a transcrição integral de suas manifestações poderão solicitá-lo à Mesa e será
18 providenciado. As apresentações feitas pelos convidados não mais constarão das atas, ficando
19 disponíveis integralmente na pauta o documento apresentado, lembrando que tudo fica em
20 vídeo e na transcrição da reunião. Na reunião de hoje, serão colocadas para aprovação as versões
21 integrais, tanto da reunião 164^a quanto a 165^a. Submete à apreciação a Ata da 164^a Sessão,
22 realizada em 29.02.24, perguntando se há observações por parte dos membros. Não havendo,
23 submete à votação a referida Ata, que é aprovada por unanimidade. Em seguida, submete à
24 apreciação a Ata da 165^a Sessão, realizada em 21.03.24, perguntando se há observações por
25 parte dos membros. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 02
26 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 04 itens, todos destacados. Passa ao item – 01 01-D-
27 49851/2023 –, que trata da Primeira Revisão do Orçamento 2024, com demonstrativos
28 receitas/despesas. As revisões são três ao longo do ano, duas durante o ano e uma terceira de
29 fechamento, sempre no ano seguinte, e sempre ressalta a importância das revisões
30 orçamentárias dadas as incertezas que estão por trás dos indicadores, sejam os indicadores
31 sugeridos pela Secretaria de Fazenda, seja por conta da própria economia, ainda mais em um
32 momento bastante conturbado como o atual, do ponto de vista econômico e também político.
33 Passa a palavra ao senhor Thiago. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA apresenta os dados
34 da Primeira Revisão Orçamentária de 2024, em que consideram o efetivamente realizado no
35 primeiro trimestre e o que está sendo estimado e previsto para os próximos trimestres, até o
36 final do exercício. Esta revisão apresenta um déficit das despesas aprovadas do exercício de
37 2024 de R\$346,5 milhões, o que significa que estão 16,14% acima dos recebimentos das
38 receitas do Tesouro do Estado. A aprovação de despesas de anos anteriores, no Grupo X, está
39 no valor de R\$219,6 milhões, que significa exatamente o uso dos recursos das reservas
40 estratégicas, do saldo financeiro da Universidade, que compõe o déficit do exercício mais os

1 recursos aprovados em anos anteriores. A perda de arrecadação foi de quase R\$22 milhões, e
2 estimam que as receitas totais vão chegar em R\$3,591 bilhões. O ICMS mantém a mesma
3 previsão da proposta orçamentária, pois a própria Secretaria da Fazenda não informou nenhuma
4 mudança. Apresenta os gráficos com a arrecadação dos últimos meses e a previsão de
5 arrecadação de abril, que está R\$1 bilhão acima do que foi efetivamente recebido em março,
6 mas não sabem se vai ser um crescimento real, ou se tem uma tendência de manter no patamar
7 que está. A Secretaria da Fazenda mantém os mesmos R\$154 bilhões de estimativa de
8 arrecadação, apesar de que no primeiro trimestre já arrecadaram mais do que havia sido
9 previsto, mas não entendem isso ainda como uma tendência, pois dezembro teve uma
10 arrecadação R\$1 bilhão menor do que o estimado, então pode ser que muito da arrecadação que
11 não aconteceu em dezembro veio no mês seguinte e jogou janeiro para cima. Em valores reais,
12 estão trabalhando com valor quase 6% menor ao de 2021, é até essa queda de arrecadação que
13 aconteceu em 2023 e começa a ser recuperada em 2024 que faz com que tenham receitas muito
14 inferiores às despesas, e por isso o déficit orçamentário. Mas o gráfico das arrecadações mensais
15 mostra que a arrecadação hoje é muito inferior ao que foi no passado. A receita própria também
16 apresenta redução, pela diminuição dos rendimentos financeiros devido à queda da taxa de
17 juros. Em outras receitas aparece um valor de R\$16,2 milhões acima do previsto inicialmente.
18 As despesas, por sua vez, também reduzem, mas em um patamar menor do que as receitas da
19 Universidade; a redução nas despesas é estimada em R\$4,1 milhões. Em seguida, faz o
20 detalhamento de cada grupo de despesas. As receitas diminuíram quase R\$22 milhões, enquanto
21 as despesas diminuíram R\$4 milhões, o que explica a diferença: na proposta inicial imaginavam
22 utilizar até R\$202 milhões do saldo financeiro e agora isso chega em R\$219,6 milhões, então
23 caso todas as despesas aqui estimadas sejam efetivamente executadas em 2024, esse é o valor
24 que tende a baixar os recursos do saldo financeiro da Universidade. O saldo financeiro hoje está
25 em R\$1,667 bilhões, um aumento de apenas R\$9 milhões nos recursos em caixa em relação ao
26 valor apresentado no final do exercício passado, o que prova que acabam consumindo mais do
27 que recebendo, uma vez que R\$9 milhões é menos do que as reservas que fizeram para o
28 pagamento de décimo terceiro no final do ano. O SENHOR PRESIDENTE diz que o ICMS de
29 janeiro a março teve, nominalmente, um crescimento de 11,6% em termos reais, usando o IPC-
30 Fipe de 6,9%. Há uma desaceleração em março, que em relação a março de 2023 teve
31 crescimento de 9%, e o acumulado vinha crescendo a 13%. Estão acompanhando o resultado
32 para abril para ver se é uma tendência, mas 9% representa mais do que foi o crescimento que
33 lhes trouxe a LOA, que projetou de R\$144 bilhões para R\$154 bilhões, um crescimento de 7%
34 nominais. A questão é saber se esses primeiros meses representam ou não uma tendência. Têm
35 monitorado com atenção a questão do preço administrado, e o crescimento da arrecadação dos
36 preços administrados, que representa 22% em ICMS, foi de 35% agora em 2024 em relação a
37 2023, o que é bastante representativo, tendo a ver menos com a questão do combustível e mais
38 com a questão da energia elétrica. Do ponto de vista da Universidade, isso representou alguma
39 coisa em torno de R\$32 milhões. Seguem observando a tendência de ICMS para ver o que é
40 estrutural ou não, e, se for, a própria Secretaria lhes dará uma outra dotação, que será trazida

1 em uma segunda revisão ou até depois disso. Em relação à receita própria, lembra que a taxa
2 Selic hoje está em R\$10,75%, estão fazendo uma projeção de 10% na média, o mercado trabalha
3 com uma taxa de juros no final de dezembro de 9%, e já fizeram uma reunião dentro da PRDU,
4 fazendo uma análise macroeconômica, de que o cenário desse ponto de vista da taxa piorou, e
5 é provável até que essa queda não se verifique. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que
6 está acompanhado a arrecadação, março teve dois dias úteis a menos em razão do feriado, pelo
7 menos no estado, e isso pode ter tido um efeito na arrecadação de não atingir a previsão da
8 Secretaria da Fazenda naquele mês. Por outro lado, abril continua crescendo, pelo menos no
9 município, as quatro semanas que o município recebeu estão com crescimento acima da
10 previsão. Portanto, há um potencial positivo, pois a arrecadação está acima da inflação. Foi
11 protocolada no Fórum da Seis a solicitação de reposição de perdas salariais desde 2012 em duas
12 parcelas, que deve chegar a 17%, quase 11% em maio e a outra parcela para discutir. A previsão
13 é de melhora na arrecadação, o boletim Focus está projetando o crescimento do PIB para quase
14 2%, então há um movimento de crescimento da economia e avalia que terão uma arrecadação
15 boa, apesar de terem destruído essa parte dos preços administrados para tentar ganhar eleição
16 em 2022, com impacto fortíssimo em 2023. Então, pensa que é possível atender a essa
17 reivindicação que está na mesa de negociação, porque recurso não falta e é preocupante as
18 universidades ficarem com tanto recurso em caixa. Em seguida, diz que tem uma dúvida sobre
19 as horas extras do HC: elas totalizam mais de 20 mil horas extras por mês, e pergunta por que
20 não chamam pessoas que passaram no concurso de técnicos e enfermeiros. A Professora
21 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ pergunta sobre a queda na utilização no
22 restaurante universitário. O Professor RICARDO MIRANDA MARTINS diz que a
23 apresentação do déficit de R\$601 milhões está um pouco diferente do que foi apresentado
24 quando aprovaram o orçamento na COP, CAD e Consu. Esse déficit é basicamente gerado pelo
25 uso da reserva para coisas que já estão empenhadas, e lendo ficou com a impressão de que iam
26 precisar de R\$600 milhões para despesas do ano corrente, mas são despesas de anos anteriores.
27 Há também uma divergência de valor, pois a versão aprovada na COP do orçamento
28 mencionava recursos no valor de R\$323 milhões recebidos em anos anteriores. Talvez valesse
29 a pena explicar, porque assusta a menção a R\$600 milhões de déficit; como o professor
30 Fernando esclareceu, são valores já distribuídos, que estão nos caixas das unidades e tudo o
31 mais, não é que estão usando para cobrir despesas do exercício. Para quando seguir para as
32 câmaras, acha que poderia explicar melhor para não alarmar a comunidade. O Professor CÉLIO
33 HIRATUKA solicita esclarecimento sobre receitas revertidas às unidades universitárias por um
34 ajuste contábil com a PRPG, que consta às folhas 05 do documento. O SENHOR
35 PRESIDENTE, respondendo ao senhor José Luis, responde que há crescimento, fez referência
36 a isso, está crescendo acima da inflação tanto em termos reais quanto em termos nominais. O
37 papel da COP, da Aeplan e da PRDU é de serem neste momento bastante cautelosos, no sentido
38 de entender até que ponto isso é uma tendência ou não. Mais do que isso, não há nenhuma
39 sinalização da Secretaria da Fazenda em termos de uma mudança na dotação, e é a que seguirão
40 até segunda ordem. Em relação à data-base, estão começando a discutir, já receberam a

1 demanda do Fórum das Seis, mas o percentual sugerido é 13 pontos percentuais acima da
2 inflação, o que dá mais de R\$330 milhões. A questão é saber de onde tirar R\$330 milhões, em
3 um orçamento com R\$340 milhões de déficit. Sobre a questão do texto, o importante é que o
4 número final que o senhor Thiago apresenta é que a reserva total está em torno de R\$1,677
5 bilhão. O recurso do Grupo X obviamente fica aplicado, ele faz parte da reserva, portanto se
6 querem pensar na reserva líquida, precisam excluir dela esse valor. Se tudo o que está no Grupo
7 X fosse executado, gastariam R\$276 milhões, e se executassem todas as despesas que estão
8 previstas nesta revisão, com a previsão de receita, teriam mais R\$346 milhões de déficit. Dessa
9 forma, teriam que tirar da reserva R\$619 milhões. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA,
10 respondendo à professora Verónica, diz que sobre a baixa utilização do restaurante, o que
11 verificaram é que principalmente janeiro teve arrecadação muito menor. É claro que, nos meses
12 de janeiro e fevereiro, sempre há menos alunos na Universidade; em fevereiro e julho do ano
13 passado, que costumeiramente têm menos alunos, houve uma alta utilização e fizeram as
14 previsões baseadas nesse crescimento. Mas principalmente em janeiro, ficou muito abaixo do
15 que tinham imaginado que seria a arrecadação; em fevereiro cresce, continuou um pouco
16 abaixo, mas março já está acima. Então, é a baixa utilização nos primeiros meses pensando
17 nisso. Mesmo acrescentando o funcionamento nos fins de semana, previram uma utilização que
18 não aconteceu. O SENHOR PRESIDENTE diz que outro fator é que com a introdução do VR
19 reduziram muito o uso dos restaurantes universitários por parte dos servidores, tanto docentes
20 quanto funcionários, que representavam algo em torno de 6%, então não é um número tão
21 representativo, mas eles contribuíam mais com o valor, pois no caso dos alunos a refeição é
22 subsidiado e custa R\$3 para eles. Os dois movimentos são importantes, a redução no
23 quantitativo e o fato de servidores não estarem usando como usavam, já que praticamente todos
24 aderiram ao VR. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA, respondendo ao professor Célio,
25 diz que existe a conta apoio da PRPG, isso era tratado como se cada unidade tivesse um
26 convênio, mas a própria contabilidade da DGA indicou que não seria um recurso de convênio,
27 seria um recurso da Universidade. Por isso, eles fazem parte das receitas próprias da
28 Universidade, e dessa forma pegaram esse montante de R\$17 milhões que havia nas contas de
29 convênio e trouxeram para dentro das contas orçamentárias. Sobre a pergunta do professor
30 Ricardo, talvez o que poderiam fazer para facilitar é manter a frase que diz que a primeira
31 revisão projeta a utilização de R\$619 milhões das reservas financeiras da Universidade e
32 colocar entre parênteses que R\$340 milhões são oriundos do déficit e qual a utilização da outra
33 parte, e para deixar mais clara a tabela, quando colocam proposta inicial e receita terceira
34 revisão orçamentária, talvez possam colocar os números abertos, o que era o déficit de R\$325
35 milhões mais os R\$276 de utilização do Grupo X, dando R\$601 milhões, e na linha de baixo
36 fazem o caminho ao contrário. O SENHOR PRESIDENTE diz que é uma ótima sugestão. Sobre
37 a questão das horas extras, a que o senhor José Luis fez referência, diz que existe uma demanda
38 por parte do HC de contratação de 100 técnicos de enfermagem mais 30 enfermeiros, mas
39 precisam olhar isso também do ponto de vista do orçamento, ver qual seria o número possível
40 de incorporar hoje. Do outro lado está estourando exatamente nas horas extras, e evidentemente

1 é uma queixa justa por parte desses servidores que estão fazendo um excesso de horas extras.
2 A Doutora FERNANDA LOUREIRO DE ANDRADE ORSI, coordenadora de administração
3 do HC, esclarece que existe uma rotatividade muito grande do pessoal da enfermagem, então
4 por mais que façam chamada de servidores aprovados em concursos para repor esse pessoal,
5 tem uma saída muito alta também. Observa que é um efetivo feminino muito grande, então há
6 muita saída por conta de licença-maternidade, por exemplo, por isso há essa quantidade grande
7 de horas extras, já que o quantitativo de enfermeiros e de técnicos por paciente é regulamentado
8 pelo Coren. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que já vêm pensando em uma nova
9 forma de calcular o número necessário de horas extras, talvez tragam algum trabalho aqui para
10 a COP analisar, porque essa alta rotatividade acaba gerando hora extra independentemente da
11 quantidade de vagas. E um estudo fundamental a ser feito pela CVND e PRDU é qual o tamanho
12 do quadro que deveriam ter os hospitais. O SENHOR PRESIDENTE diz que para a contratação
13 de 100 técnicos de enfermagem e 30 enfermeiros o valor é da ordem de R\$12,5 milhões anuais.
14 Por outro lado, também há um gasto importante com horas extras, então é um investimento que
15 a Universidade tem que decidir, e isso será devidamente analisado no momento certo. Não
16 havendo mais observações, submete à votação a primeira revisão, que é aprovada por
17 unanimidade. Passa ao item 02 – 15-D-3586/2024 –, que trata da solicitação de suplementação
18 de recursos pelo Hospital de Clínicas no valor de R\$12.520.709,26, para atender ao custeio dos
19 meses de maio e junho de 2024. Após esclarecimentos da doutora Fernanda Orsi, a professora
20 Verónica pergunta o que ganham com o SUS Paulista, e recebe como resposta que o SUS
21 Paulista complementa a tabela SUS Federal, então, para cada procedimento contratado pelo
22 SUS Federal, o SUS Paulista vai acrescentar um valor a mais, e assim conseguem aumentar a
23 arrecadação a partir da mesma produção que fazem. O SENHOR PRESIDENTE diz que por
24 serem um hospital porta aberta, pode haver uma cirurgia programada que precise ser cancelada
25 para atendimento de uma emergência. Portanto, não conseguem planejar totalmente para atingir
26 essa contratualização, mas a partir de agora não existe mais esse gradiente, pois recebem
27 exatamente pela produção realizada. Então há dois desafios importantes, acha que o HC está
28 indo nessa direção, com tudo o que vem sendo feito, inclusive através do AGHUSE, mas não
29 só; há várias mudanças, mas é preciso comprovar o que está produzindo, porque vão receber
30 exatamente a partir daí. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é
31 aprovada por unanimidade. Passa ao item 03 – 02-P-4538/2024 –, que trata do Termo de
32 Concessão de Uso, a título gratuito e por prazo determinado (dez anos), do terreno de área de
33 8.410,00 m² da quadra 30 (frente para a Avenida Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira,
34 especificada nos processos administrativos nº 15-P-7384/2019, 01-P-12444/2018 e 01-P-
35 18922/2018), onde se encontra o prédio construído e equipado com recursos destinados pelo
36 Ministério Público do Trabalho para a execução do projeto denominado Instituto de
37 Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço – IOU. A COP tem como uma de suas
38 atribuições regimentais analisar a administração do patrimônio da Universidade e as propostas
39 de alienação, cessão, aquisição e arrendamento do patrimônio imóvel da Universidade. Observa
40 que isso não envolve nenhum recurso da Unicamp. Passa à palavra à doutora Luciana Catalano,

1 Procuradora Subchefe da Área Contenciosa da Procuradoria Geral da Unicamp. Após os
2 esclarecimentos da doutora Luciana, o senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que esse processo
3 foi oriundo de uma ação do Sindicato dos Químicos, foi a maior ação trabalhista do Brasil. Na
4 época em que foi feita a doação, perguntou ao Reitor, professor Marcelo Knobel, como ficaria
5 o custeio do prédio. Se viesse na pauta já o custeio, defenderia, mas há um debate de fundo, que
6 é o seguinte: estão abrindo para a privatização do hospital, já que o contrato prevê 60% SUS e
7 os outros 40% são rede privada de saúde. Então, estão discutindo aqui se será privatizada essa
8 área da Unicamp ou não; gostaria, inclusive, que houvesse uma audiência pública para essa
9 discussão. Chamar o Sindicato dos Químicos, que é o proponente dessa ação contra a Shell, para
10 saber que a ação deles gerou um prédio legal, mas por conta da questão da discussão do custeio,
11 que o Estado não colocou, conseguiram R\$12 milhões para funcionar um ano, e não sabe se
12 ainda há saldo. Se viesse para a pauta para defender mais R\$10 milhões para funcionamento de
13 cinco anos, totalmente SUS, defenderia. Mas é contrário a abrir para a iniciativa privada, então
14 já declara seu voto contrário, por conta desse debate de fundo. A Acadêmica KETHLYN
15 KETHRINY DA COSTA BRITO diz que entende da mesma maneira que o senhor José Luis
16 colocou, não podem dar margem para que isso aconteça. Devem colocar nas outras instâncias
17 para que isso possa ser debatido com mais profundidade e com mais pessoas. O SENHOR
18 PRESIDENTE responde que o papel da COP é dar sequência a esse termo de concessão de uso;
19 a aprovação disso vai passar pela CAD e pelo Consu, onde será amplamente debatido. A COP
20 não aprova nenhum recurso nem para uso privado, nem para a própria operação do hospital. O
21 Professor CÉLIO HIRATUKA diz que gostaria de entender um pouco o papel da Fascamp no
22 processo, a fundação que organizou a construção do prédio e viabilizou também o
23 funcionamento inicial, e pergunta se a ideia é que ela continue viabilizando o funcionamento
24 ao longo de 10 anos, segundo a proposta da FCM. Se ela não viabilizar os recursos para o
25 funcionamento, o prédio retorna para a Unicamp, mas esse retorno não é automático e pode
26 acarretar algum custo para a Universidade. Talvez seja o caso de reduzir esse prazo de 10 anos
27 e chegar em alguns aspectos que possam esclarecer melhor a comunidade sobre esse acordo. O
28 SENHOR PRESIDENTE diz que a Fascamp recebeu o recurso do Ministério Público em torno
29 de R\$32 milhões para a construção e a implementação, deixando o prédio pronto com os
30 equipamentos e a partir daí alguém teria que fazer essa gestão. A Universidade hoje não tem os
31 recursos para fazer a gestão do hospital. A Fascamp, até se valendo hoje da nova lei em relação
32 às fundações específicas da saúde, que talvez facilite a captação de recursos, está assumindo o
33 compromisso de captar os recursos necessários para fazer a gestão. Não fazendo, ela perde essa
34 concessão e o prédio retorna imediatamente para a Universidade. A Universidade hoje não tem
35 os recursos para o funcionamento do IOU, e há uma possibilidade de captar esses recursos de
36 outras fontes, inclusive do Departamento de Otorrino da FCM, em parceria com a Fascamp,
37 que é uma fundação formada sobretudo por médicos da própria Universidade. A Professora
38 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que talvez a questão seja o controle efetivo,
39 nesse plano original que estariam endossando, do percentual de atendimento via SUS,
40 favorecendo que seja possível essa captação de recursos, pelo menos no tempo em que a

1 Universidade achar que não consegue gerir sozinha. O SENHOR PRESIDENTE diz que podem
2 sugerir que o prazo seja menor do que dez anos e seja revisto, pois existe sempre a possibilidade
3 de ser ampliado, e ao mesmo tempo que tenha um cronograma de utilização desse equipamento,
4 que depende desse período, que saísse de um percentual mínimo de 30%, até 70%, é uma
5 questão que sugeririam à CAD e ao Consu. Pergunta à doutora Luciana se isso é possível, ao
6 que ela responde que sim e é inclusive recomendável que se faça; se for o entendimento da
7 COP, a PG vai elaborar as cláusulas específicas em relação a isso para encaminhamento do
8 processo. Em relação à pergunta da professora Verónica, a doutora Luciana responde que a
9 Fascamp se compromete em relação à prestação dos serviços gratuitos com a Unicamp, mas
10 especialmente com o Ministério Público, por isso é importante o TAC. Inclusive é o próprio
11 Ministério Público que vai controlar o atendimento público, porque é o interesse do MP que
12 isso seja feito. O Professor RICARDO MIRANDA MARTINS diz que o TAC prevê que a
13 concedente poderá fiscalizar a qualquer tempo o exato cumprimento pela concessionária das
14 obrigações estabelecidas no termo, então talvez, para normalizar essa fiscalização, possam
15 solicitar uma apresentação de relatórios anuais sobre o uso. Sobre essa questão do 60% SUS e
16 40% não SUS, tem a impressão, pelo tamanho do hospital, que talvez os 60% SUS ainda sejam
17 muito superiores ao atendimento que hoje é fornecido na área de Otorrino no HC. Quando a
18 discussão for qualificada na CAD e no Consu, isso talvez possa ser considerado. Pergunta se
19 não há problema em escolherem a Fascamp sem ter havido licitação, porque em muitos
20 momentos o Ministério Público e o Tribunal de Contas reclamaram justamente de a
21 Universidade ter optado pela Funcamp para fazer algumas coisas. A doutora Luciana responde
22 que o Ministério Público entrou nisso justamente para mais legalidade, mais segurança jurídica
23 para o gestor daqui, e isso aliado ao fato de não ter repasse de recurso, porque se houvesse
24 poderiam ter problemas mais concretos. O MP entra com a finalidade de revestir de maior
25 legalidade tudo o que estão fazendo, isso considerando que o MP do trabalho, lá atrás, também
26 quando elegeu a Fascamp para o IOU, Departamento de Otorrino, para receber esse recurso,
27 destinou esse dinheiro para essa finalidade. A Fascamp é uma fundação da área da Saúde
28 formada por docentes, por pessoas da comunidade científica, teria a *expertise* para fazer isso,
29 está relacionada à Unicamp, o prédio já foi construído, então, considerando tudo isso, nessa
30 situação específica isso seria legal. No meio desse caminho, veio a lei que o professor Fernando
31 mencionou das fundações de saúde, é uma lei recentíssima que torna tudo mais exequível com
32 tranquilidade, que seria essa gestão de saúde por fundações compostas por pessoas da
33 comunidade científica, ligadas a universidades públicas, então lhe parece que essa lei também
34 dá um pouco de tranquilidade, mas não estão tratando dela aqui. Aqui estão trabalhando com a
35 ideia original de que a Fascamp fará a gestão do IOU sem repasse da Unicamp. O Professor
36 HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que estão misturando as coisas; estão
37 tratando da concessão do terreno, e devem tratar as questões mais administrativas em outro
38 momento, quando vier o TAC para discussão. Não havendo mais observações, após discussões,
39 o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a matéria, acatando o prazo sugerido pela FCM
40 para o termo de concessão de uso, que é aprovada com 04 votos favoráveis e 02 contrários.

1 Passa ao item 04 – 01-P-18408/2017 –, que trata da proposta de alteração do anexo II da
2 Deliberação Consu-A-16/19, que dispõe sobre a Tabela de Gratificações de Representação, com
3 o acréscimo de funções gratificadas decorrentes da aprovação das certificações da Cocen,
4 ProEC e SEC, e considerando as propostas de certificações a serem submetidas à Câmara de
5 Administração – CAD: Aeplan, Cenapad, CPP, DEDH, Deri, Educorp, GR, Hids, LaCTAD,
6 PE², PRP e Siarq. Informa que a certificação do GGBS, que estava originalmente na pauta da
7 COP, será retirada de pauta a pedido do próprio órgão, que vai reformular a certificação. Passa
8 alguns dados gerais sobre o processo de certificação e submete à votação a matéria, que é
9 aprovada com 05 votos favoráveis e 01 abstenção. Nada mais havendo a tratar na Ordem do
10 Dia, abre a palavra aos membros que desejem se manifestar no Expediente. O senhor JOSÉ
11 LUIS PIO ROMERA diz que se a arrecadação de ICMS continuar nesse patamar, que na sua
12 avaliação vai ser superior a 2023, isso projeta uma arrecadação de R\$160 bilhões e não de
13 R\$154 bilhões, portanto em uma próxima revisão orçamentária podem ser contemplados, por
14 isso a reivindicação do sindicato é em duas parcelas, até para poderem acompanhar o
15 comportamento da arrecadação. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques da Costa, redigi
16 a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de
17 Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 25 de abril de 2024.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 167ª **SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO**, realizada em 23 de maio de 2024, sem alterações.*